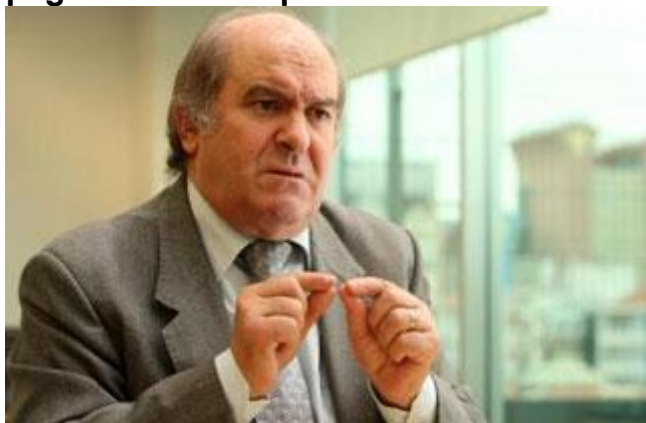


## OTOC pede a Passos que ordene inquérito a Portal das Finanças

LÍGIA SIMÕES  
ligia.simoes@economico.pt  
Ontem 19:33

**Bloqueios no Portal estão a impedir a entrega de declarações de IRS e pagamento de impostos.**



O Bastonário da Ordem dos Técnicos de Contas (OTOC) pediu, por carta, ao primeiro-ministro que ordene um "urgente inquérito" ao funcionamento do Portal das Finanças aos "graves indícios" de congestionamento detectados desde meados do mês de Abril com o início da 1ª fase de entrega de declarações de IRS (trabalhadores dependentes e pensionistas) e que acabou por ditar o prolongamento do prazo de entrega. O apelo para que sejam criadas condições para o cumprimento declarativo de empresas e cidadãos seguiu também hoje por carta para o Provedor de Justiça, Grupos Parlamentares. E aos TOC é aconselhado que impugnem eventuais contra-

ordenações por falta de cumprimento de obrigações fiscais, sendo no caso das empresas no valor de 30% do imposto que não tenha sido pago.

Na carta dirigida a Passos Coelho, a OTOC dá conta ao primeiro-ministro das situações de congestionamento do Portal das Finanças que, diz, "não tem revelado a necessária capacidade para o cumprimento da sua função, não só nos momentos que possam ser considerados de sobrecarga, mas inclusive naqueles que podem ser considerados de normalidade, como é o caso do dia de hoje, 7 de Maio de 2014".

Para a OTOC, Sendo aquele portal o único meio para o cumprimento das obrigações declarativas e obtenção das referências para efectuar o pagamento dos impostos, "é fortemente penalizador para as situações de incumprimento, sendo no caso das empresas no valor de 30% do imposto que não tenha sido pago". Segundo o Bastonário, Domingues de Azevedo, "fica no ar uma legítima dúvida sobre a intencionalidade que poderá estar na base da não funcionalidade do portal, atendendo a que é da mesma entidade a responsabilidade pela gestão do portal e beneficiária das coimas aplicadas, a Autoridade Tributária (AT)".

Após descritas as situações de sobrecarga e bloqueio do Portal, apontando como no envio de declarações, obtenção das guias e referências para pagamento, e obtenção de informação fundamental para o cumprimento das obrigações fiscais de empresas e cidadãos, a OTOC lança o repto a Passos Coelho: "para o bom desempenho dos actos de cidadania, o Estado, em que no domínio da funcionalidade V. Excelência é o máximo representante, venho solicitar que ordene um urgente inquérito ao funcionamento do Portal das Finanças e se encontre uma solução à altura das necessidades de funcionamento de tão importante ferramenta na AT".

A OTOC teme mesmo que durante este mês com o envio das declarações do IVA, periodicidade mensal e trimestral, IRS, retenções na fonte e 2.ª fase da modelo 3, imposto do selo, bem como da declaração modelo 22 do IRC, se repitam "cenários recentes geradores de angústias, nervos e injustiças, desmerecidos para qualquer cidadão e em especial para aqueles que têm a missão estatuída por lei do dever declarativo, como é o caso dos Técnicos Oficiais de Contas".

Segundo a OTOC, "é incompreensível e indesculpável que se tenha atingido este estado de coisas", apelando para "uma tomada de decisão urgente, salvaguardando os direitos dos contribuintes e criando-lhes, como compete a quem governa, as condições para o cumprimento do dever declarativo".

Domingues de Azevedo considera ainda que "as soluções encontradas, desligar funções do sistema, embora pontualmente possam ser positivas, não deixam de provocar profundas alterações no funcionamento normal dos

serviços, com especial enfoque para os de Finanças e consequente perda de capacidade de servir os cidadãos que a eles recorrem".

Pela análise da forma como o sistema se tem comportado, diz a OTOC, pode concluir-se que "o problema, embora influenciado pelo acidente, tem, no entanto, uma natureza estrutural, o que exigirá também soluções diferentes das que até hoje têm vindo a ser adoptadas".

Aos profissionais (TOC) responsáveis pelos dos actos declarativos das empresas e cidadãos, com especial relevo para os de natureza profissional e empresarial, a OTOC recomenda, por carta enviada aos associados, que impugnem contra-ordenações que venham a ser cobradas pelo fisco aos contribuintes que se viram impossibilitados, por congestionamento do Portal, no cumprimento das suas obrigações fiscais.

Já ao Provedor de Justiça, onde explana também por carta as consequências e os problemas de um sistema "arcaico" e que constitui uma "verdadeira dor de cabeça" para os TOC, o Bastonário da Ordem pede a José de Faria Costa que "ajude a sensibilizar o Governo para a necessidade de solucionar este grave problema do relacionamento entre os cidadãos, as empresas e a Administração Pública".